



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIA HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA SOCIAIS

Emily Boeno

“Na verdade, ele é o professor tampão, né?”: uma análise sobre a mobilidade do trabalho docente no Ensino Básico da Região Metropolitana de Florianópolis

Florianópolis

2024

Emily Boeno

“Na verdade, ele é o professor tampão, né?”: uma análise sobre a mobilidade do trabalho docente no Ensino Básico da Região Metropolitana de Florianópolis

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Ciências Sociais do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Ciências Sociais.

Orientador(a): Prof. Dr. Luiz Gustavo da Cunha de Souza

Florianópolis

2024

Boeno, Emily

'Na verdade, ele é o professor tampão, né?': uma análise sobre a mobilidade do trabalho docente no Ensino Básico da Região Metropolitana de Florianópolis / Emily Boeno ; orientador, Luiz Gustavo da Cunha de Souza, 2024.
59 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Ciências
Sociais, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Ciências Sociais. 2. Mobilidade do trabalho. I.
Souza, Luiz Gustavo da Cunha de. II. Universidade Federal
de Santa Catarina. Graduação em Ciências Sociais. III.
Título.

Emily Boeno

“Na verdade, ele é o professor tampão, né?”: uma análise sobre a mobilidade do trabalho docente no Ensino Básico da Região Metropolitana de Florianópolis

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Licenciada e aprovado em sua forma final pelo Curso de Ciências Sociais.

Florianópolis, 16 de agosto de 2024.

Coordenação do Curso

Banca examinadora

Prof. Dr. Luiz Gustavo da Cunha de Souza
Orientador

Prof. Dr. Rodolfo Palazzo Dias
Avaliador - UFSC

Prof. Dr. Eduardo Vilar Bonaldi
Avaliador – UFSC
Florianópolis, 2024.

Dedico ao meu pai e minha mãe. Minha formação deve imensamente ao seu
trabalho e esforços.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Luiz Gustavo da Cunha de Souza, pela orientação e sugestões que foram fundamentais para a conclusão do trabalho.

À Universidade Federal de Santa Catarina e aos professores e colegas que contribuíram com minha formação. Destaco o Prof. Dr. Peterson da Silva, cujas dinâmicas em sala de aula contribuíram para o desenvolvimento da minha autonomia e entusiasmo em relação à docência. Assim como reitero a importância dos meus colegas de curso que discutiram, me criticaram e me apoiaram ao longo da pesquisa. Todos os meus colegas que estiveram comigo ao longo do estágio e das disciplinas de Seminário de Licenciatura. Assim como Higor da Silva Martins, que me lembra sempre do valor da crítica.

Agradeço, por fim, à minha irmã, pela influência que teve sobre mim por tantos anos e por me apresentar aos livros, e aos meus pais, minha formação deve imensamente ao seu trabalho e esforços. Ao meu pai pelo apoio e estrutura que sempre me ofereceu e à minha mãe pela visão generosa e encorajadora que todos os dias me oferece.

“O trabalho humano, por outro lado, devido a ser esclarecido e orientado por um entendimento que foi social e culturalmente desenvolvido, é suscetível de vasta gama de atividades produtivas. Os processos de trabalho ativo que residem em potencial na força de trabalho dos homens são tão diversos quanto ao tipo, modo de desempenho etc. que para todos os fins práticos podem ser considerados infinitos, tanto mais que novos modos de trabalho podem ser facilmente criados mais rapidamente do que serem explorados. O capitalista acha nesse caráter infinitamente plástico do trabalho humano o recurso essencial para a expansão do seu capital” (BRAVERMAN, 1980, p. 57).

RESUMO

O objetivo do presente trabalho foi analisar a mobilidade do trabalho de professores do Ensino Básico da Região Metropolitana de Florianópolis (RMF) e apontar alguns de seus impactos nas condições de trabalho docente. Para isso, foram realizadas nove entrevistas com professores da RMF, em que se buscou recompor as trajetórias profissionais dos entrevistados, seus deslocamentos diários, possíveis migrações e a rotatividade nos postos de trabalho. Os professores entrevistados relataram trajetórias profissionais marcadas pela presença em um alto número de escolas durante curtos períodos de tempo, tanto no setor público, quanto nas escolas privadas, com elevada presença de contratos temporários. Diante da flexibilização dos regimes de trabalho após a década de 1970 e a reestruturação do trabalho docente nas décadas posteriores, foi possível observar que a rotatividade e inconsistência do corpo docente do ensino básico no Brasil reflete uma condição de intensa circulação e adaptabilidade do seu trabalho de acordo com as demandas do sistema de ensino, além da intensificação do seu deslocamento e dos efeitos psicofisiológicos diante da incerteza e instabilidade de sua condição.

Palavras-chave: mobilidade do trabalho; flexibilização; trabalho docente.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the workforce mobility of elementary and high school teachers from Florianópolis Metropolitan Region and point some of its impact on their work conditions. To this end, nine interviews were conducted, recomposing their professional paths, daily commuting, potential migrations and labor turn-over. The teachers reported professional trajectories characterized by their presence in a high number of schools over short periods of time, both in the public schools and in private schools, with a substantial prevalence of temporary contracts. Considering the flexibilization of work regimes after the 1970s and the restructuring of teaching roles in the subsequent decades, it has been observed that the high labor turn-over and inconsistency of the faculty in schools in Brazil reflect a condition of intense circulation and adaptability of their work according to the demands of the education system, as well as the intensification of their commuting and the psychophysiological effects resulting from the uncertainty and instability of their condition.

Keywords: workforce mobility; flexibilization; teaching.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Deslocamento da entrevistada (N., 36 anos).....	48
Figura 2 - Deslocamento do entrevistado (O., 45 anos)	49

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Caracterização dos entrevistados	20
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACT - Admitido em Caráter Temporário

CEJA - Centro de Educação de Jovens e Adultos

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

PLR - Participação nos Lucros ou Resultados

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
1.1 Metodologia e estrutura do trabalho	19
2. MOBILIDADE DO TRABALHO E A NOVA FASE DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA PÓS-70	22
2.1 A nova fase do desenvolvimento capitalista após a década de 1970	23
2.2 A natureza móvel da força de trabalho frente ao capital	30
2.3 A intensificação da mobilidade	36
3. MOBILIDADE DOCENTE E SUPERCIRCULAÇÃO	39
3.1 As Reformas Educacionais e a reestruturação do trabalho docente	40
3.2 Os contratos temporários, a irregularidade do corpo docente e a intensificação da circulação	42
3.3 Os deslocamentos	46
3.4 Intensificação do trabalho, incerteza e adoecimento	51
4. CONCLUSÃO	53
REFERÊNCIAS	55

1. INTRODUÇÃO

A partir do século 20, o sistema público de ensino ganha forma no Brasil. Como condição para tal, institucionaliza-se um espaço específico para a educação das crianças, sua imposição obrigatória pelo poder público e a consequente transformação do professor em um assalariado. Assim, as primeiras décadas do século XX foram importantes para a organização do trabalho escolar. A partir daí, inicia-se um processo de organização e controle do sistema de ensino pelo Estado, que busca maior controle sobre o trabalho docente (HYPOLITO, 2020). Ao longo da década de 1960, a ampliação e generalização do ensino básico colocam novas condições para o trabalho docente, que agregam-se às condições impostas pelas reformas educacionais ocorridas no país nas décadas posteriores. A partir da década de 1990, uma série de transformações é implementada no que diz respeito às políticas educacionais, justificada pela necessidade de adequação à globalização, colocando a educação como meio para alcançar a equidade social. Essas mudanças implicaram em uma centralidade da gestão escolar, ao financiamento *per capita* (com a criação do FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), ampliação dos exames nacionais de avaliação etc (OLIVEIRA, 2004). Junto disso, a ampliação do ensino médio modificou o perfil do estudantes, predominando a presença de jovens provenientes de família de baixa renda e que dependem do trabalho, expondo as contradições de um sistema de ensino que ainda é pautado pela figura do "aluno ideal", aumentando os desafios que perpassam a sala de aula (LEÃO, 2018).

As reformas do ensino básico situam-se em um contexto de globalização, em que a lei do valor generaliza-se para todas as esferas da vida humana (BRAVERMAN, 1980) e se restabelece a nível global, aumentando a mobilidade do capital (MARINI, 2000b). A partir da década de 1970, inicia-se uma nova fase do desenvolvimento capitalista, que tem afetado profundamente o mundo do trabalho, diagnosticado por muitos pelo aumento da flexibilização dos regimes de trabalho (ANTUNES, 2000; MARINI, 2000b; FÉLIX, 2019; HARVEY, 1986; entre outros).

Nos chamados países subdesenvolvidos, no entanto, a existência de um setor informal e um exército industrial de reserva crescente não são fenômenos inéditos. Conforme Ruy Mauro Marini (2000a), a dificuldade da análise teórica está

em captar a originalidade do fenômeno, isto é, o momento em que seu desenvolvimento implica numa mudança de qualidade. No caso em questão, trata-se de identificar o que há de novo no uso e circulação da força de trabalho e o que há de continuidade.

Nessa nova fase de acumulação do capital, o mundo do trabalho é marcado pelo que Gil Félix (2019) chama de *supercirculação*, isto é, a ampliação e aceleração da circulação mercantil da força de trabalho. A circulação do trabalho tem se dado em uma velocidade cada vez maior, incitando os debates acerca da rotatividade do trabalho, e em uma extensão ainda maior, aprofundando os fluxos de pessoas. Nesse sentido, a flexibilização dos regimes e contratos de trabalho, tão reiterados pela literatura, expressam um conjunto de transformações no uso e circulação da força de trabalho, marcado pela intensificação da sua mobilidade espacial, setorial, etc. O potencial móvel e plástico da força de trabalho, do qual essa nova fase do desenvolvimento capitalista se apropria ainda mais intensamente, é o que Gaudemar (1977) chama de mobilidade do trabalho. A mobilidade se expressa não apenas com o deslocamento da força de trabalho para onde é demandada, mas também permite os ajustes às variações das jornadas de trabalho, à polivalência no interior da divisão do trabalho e aos diferentes regimes de trabalho nos quais o trabalhador tem de se adaptar.

Na educação básica, com a expansão do ensino público, a presença crescente de empresas privadas na educação - não apenas com as escolas privadas, mas oferecendo um conjunto de "soluções" para os problemas educacionais do país - e, sobretudo, com a reestruturação do trabalho docente (OLIVEIRA, 2003), essas mudanças concernentes ao uso e circulação do trabalho assalariado parecem tomar lugar, e o uso ainda mais flexível do trabalho parece tomar conta até mesmo do setor público. Podemos pensar na presença massiva das professores temporários no sistema público de ensino, assim como outras formas de trabalho "atípico", como o professor eventual, cujo trabalho é mobilizado na falta pontual de algum professor, sem saber quando irá trabalhar e qual será sua remuneração no final do mês (SILVA, 2019).

O quadro no qual se situam os docentes do ensino básico no Brasil é tal que este experimenta condições de flexibilidade salarial e contratual, vivendo em uma situação de instabilidade e vulnerabilidade econômica, sendo constantemente inseridos e expelidos das instituições de ensino (SILVA, 2020). Ao depender das

convocações e das demandas irregulares do sistema de ensino - público e privado -, esses professores situam-se em uma condição de alta rotatividade e circulação nas escolas, ficando por períodos curtos com as turmas. Além disso, essa condição implica no aumento dos deslocamentos diários de acordo com a convocação da vez.

Diante de uma "crise da educação", "[...] fetichizado ora sob a forma de problema administrativo e de política pública neoliberal, ora como baixa formação docente" (COSTA; SOUZA, 2018, p. 499), as condições em que opera o trabalho docente no país ganham pouca atenção. Há uma distância entre a forma como os procedimentos no interior da escola são delineados pela gestão e/ou visualizados pelas reformas e os procedimentos reais em sala de aula (NORONHA; ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2008).

A presente pesquisa teve origem a partir da disciplina de Metodologia de Ensino nas Ciências Sociais no curso de licenciatura em Ciências Sociais, em que foram realizadas entrevistas com professores de sociologia do Ensino Médio, com o objetivo de compreender o processo de implementação do Novo Ensino Médio e suas implicações no ensino de sociologia. No entanto, ficou evidente que uma condição se destacava enquanto um determinante importante do trabalho dos docentes entrevistados: a mobilidade espacial à qual estavam sujeitos, especialmente aqueles que tinham sua jornada de trabalho seccionada em mais de uma escola. O fato de terem que compor sua jornada de trabalho em mais de uma escola e estarem em constante deslocamento entre moradia-escola e/ou entre escola-escola, trazia uma série de implicações para a prática docente, entre elas, a incapacidade de se reunir com outros professores para organizar o ensino interdisciplinar proposto pelo Novo Ensino Médio.

Ao analisarmos as condições de trabalho para os professores do Ensino Básico no Brasil hoje, vemos que a condição do docente Admitido em Caráter Temporário (ACT) intensifica todos esses problemas. Atualmente, segundo dados divulgados do Censo Escolar de 2023 (BRASIL, 2023a), estados como Minas Gerais, Tocantins e Santa Catarina aparecem com alta porcentagem de professores temporários na rede estadual - 80,2%, 79,9% e 71%, respectivamente. A mobilidade espacial, nesse sentido, era apenas uma das expressões que a condição de intensa rotatividade e mobilidade dos trabalhadores docentes apresentava. Nesse sentido, o objetivo da pesquisa é analisar a mobilidade do trabalho de professores do Ensino

Básico da Região Metropolitana de Florianópolis e apontar alguns de seus impactos nas condições de trabalho docente.

1.1 METODOLOGIA E ESTRUTURA DO TRABALHO

A fim de operacionalizar o conceito de mobilidade do trabalho, foram mapeados os deslocamentos moradia-trabalho, os deslocamentos interescolar (escola-escola), migrações e a rotatividade nos postos de trabalho. Em suma, buscou-se analisar quais formas toma a mobilidade do trabalho entre professores do Ensino Básico da Região Metropolitana de Florianópolis e quais suas implicações para as condições de trabalho dos docentes.

Nesse sentido, foram realizadas nove (9) entrevistas semiestruturadas em uma amostragem bola de neve. Os primeiros entrevistados partiram dos contatos da pesquisa realizada anteriormente na disciplina de Metodologia de Ensino nas Ciências Sociais, que indicaram, sucessivamente, os demais contatos. Nas entrevistas, buscou-se reconstruir a trajetória profissional do docente entrevistado, identificando os vínculos empregatícios, o tempo que o docente permaneceu em cada escola, como realizava os deslocamentos (além de sua duração e logística), possíveis migrações a trabalho, quais disciplinas assumiu, conciliação do trabalho docente com outras fontes de renda, etc.

Os entrevistados formaram um grupo de com quatro (4) professores efetivos trabalhando em escolas estaduais; três (3) professores Admitidos em Caráter Temporário (ACT); uma (1) professora que trabalhava como efetiva em uma escola estadual e conciliava com o trabalho em um instituição privada; e um (1) professor que, no momento da pesquisa, estava em busca de emprego, classificado no Quadro 1 como “desempregado”. Além disso, há dois casos de migração a trabalho e uma predominância de mulheres, adequada ao perfil tipicamente feminino dos docentes do Ensino Básico no Brasil.

Quadro 1 - Caracterização dos entrevistados

Identificação	Sexo	Naturalidade	Residência	Formação	Condição atual
C., 37 anos	Feminino	Blumenau (SC)	Florianópolis	Ciências Sociais	Efetivo(a)
N., 36 anos	Feminino	- (PA)	Florianópolis	Ciências Sociais	ACT
J., 39 anos	Feminino	Belém do Pará (PA)	Florianópolis	Ciências Sociais	Efetivo(a)
L., 35 anos	Feminino	Florianópolis (SC)	Florianópolis	Ciências Sociais	Efetivo(a)
A., 29 anos	Feminino	Colniza (MT)	São José	Letras Inglês	Efetivo(a)
J., 36 anos	Masculino	Florianópolis (SC)	Florianópolis	Ciências Sociais	Desempregado
O., 45 anos	Masculino	Blumenau (SC)	Florianópolis	Geografia	ACT
C., 49 anos	Feminino	Florianópolis (SC)	Florianópolis	História	ACT
M., 34 anos	Feminino	São José (SC)	São José	Geografia	Efetivo(a)/escola privada

Fonte: elaborado pela autora.

Justificando as escolhas metodológicas, é importante ressaltar que a maior parte dos trabalhos coletados que se propõe a analisar a mobilidade docente, possuem duas características, em termos de objeto e técnica de pesquisa. Primeiramente, pertencem majoritariamente à Geografia, de modo que analisam quase exclusivamente a mobilidade espacial, seja na análise das migrações, seja na análise dos fluxos pendulares. Segundo, em sua maioria fazem uso de bancos de dados, como os dados do Censo Escolar, para captar esses fluxos. Nesse sentido, a presente pesquisa buscou compreender os deslocamentos em um escopo mais amplo, no que diz respeito ao uso e circulação da força de trabalho. Ou seja, os deslocamentos realizados pelos docentes são compreendidos juntamente à sua intensa circulação e rotatividade nas escolas, diante de um uso mais flexível do trabalho, de modo que a mobilidade docente, aqui, diz respeito à mobilidade do trabalho, não apenas seu deslocamento espacial - conforme será desenvolvido nos capítulos seguintes.

No que diz respeito à segunda característica, optou-se por trabalhar com uma escala mais reduzida, comparada à amplitude dos bancos de dados, em entrevistas que permitiram captar mais detalhes e acompanhar o objeto em seu movimento, algo que os bancos de dados não permitem, já que fornecem uma imagem estática

do momento da pesquisa. Tratando da virada quantitativista da Geografia, Milton Santos diz que

A aplicação corrente das matemáticas à geografia permite trabalhar com estágios sucessivos da evolução espacial mas é incapaz de dizer alguma coisa sobre o que se encontra entre um estágio e outro. [...] Em outras palavras, trabalha-se com resultados, os processos, entretanto, são omitidos, o que equivale a dizer que os resultados podem ser objeto não propriamente de interpretação, mas de mistificação (SANTOS, 2012, p. 74-5).

A afirmação pode ser estendida para as Ciências Sociais, quando esta se propõe a ser meramente descritiva ou a estabelecer conexões causais diretas entre variáveis abstratas - a relação entre rotatividade e sexo, por exemplo -, algo que se buscou evitar. Ao recompor a trajetória profissional dos entrevistados, buscou-se uma compreensão mais detalhada de como opera a mobilidade no grupo analisado. Ainda, a escolha por um grupo variado, em termos de instâncias administrativas e formação profissional, está na capacidade de compreender dinâmicas mais detalhadamente em relação ao grupo em questão - os professores do Ensino Básico -, ao invés de recortar a amostra. Conforme Ragin (1987), a relação entre variáveis, por vezes, apresenta uma conexão pouco significativa com os processos empíricos reais, já que os casos acabam sendo analisados sozinhos em relação a variáveis isoladas. Assim, quanto maior o número de casos, menor a possibilidade de captar mais informações e os processos empíricos.

Dessa forma, o primeiro capítulo do trabalho será dedicado para analisar as transformações nos regimes de trabalho após a década de 1970, em que intensifica-se a mobilidade e flexibilidade no uso da força de trabalho. O capítulo busca localizar as relações de trabalho docente em um contexto mais amplo de uma nova fase do desenvolvimento capitalista, em que o uso do trabalho se torna mais flexível e sua circulação mais intensa. No segundo capítulo, o primeiro subtópico fará uma breve contextualização das reformas educacionais que ocorreram no Brasil a partir da década de 1990, situando a particularidade em que se inscreve o trabalho

dos professores do ensino básico. Neste capítulo serão analisados os materiais empíricos das entrevistas, associando às legislações que regulamentam o trabalho docente no ensino público de Santa Catarina. Ao longo do trabalho, busca-se apresentar um contexto mais geral no qual se situam as relações de trabalho atualmente, seguido da situação particular do trabalho docente, especificamente, no Brasil, dialogando com os casos empíricos coletados nas entrevistas.

2. MOBILIDADE DO TRABALHO E A NOVA FASE DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA PÓS-70

Enquanto portador de sua força de trabalho, o trabalhador tem de ajustá-la às demandas que o processo de trabalho impõe. O caráter móvel da força de trabalho implica na sua capacidade de ajustar-se à fluidez do capital. Esta é capaz não apenas de mover-se espacialmente em busca de trabalho, mas adquire polivalência e ajustamentos no âmbito temporal (GAUDEMAR, 1977). O caráter flexível e móvel da força de trabalho, no entanto, é apropriado e intensificado na atual fase do desenvolvimento capitalista, marcada pela ampliação dos mecanismos de funcionamento do valor (MARINI, 200b).

A partir das transformações no desenvolvimento capitalista a partir da década de 1970, nas formas de uso e circulação da força de trabalho, tem-se uma intensificação da mobilidade do trabalho. Apesar do uso flexível, por vezes em regimes de trabalho atípicos ou informais, ser bastante comum nos países subdesenvolvidos científico-tecnologicamente, nas últimas décadas essa condição tem se ampliado para setores mais escolarizados e mesmo no setor público (FÉLIX, 2019). Segundo Dari Krein e Marilane Teixeira (2021), as contratações flexíveis são caracterizadas pelo tempo de contrato determinado, maiores facilidades para despedir e menores custos ao empregador.

É nesse cenário que se inscreve o docente do ensino básico. A categoria docente não é homogênea, de modo que a precarização atinge o setor de diferentes formas. Entre as categorias mais vulneráveis, destaca-se o professor Admitido em Caráter Temporário (ACT). Diante da presença substancial de professores temporários, especialmente no setor público, o professor do ensino básico no Brasil experimenta uma condição de instabilidade, diante das flexibilizações contratuais e

salariais (SILVA, 2020). Segundo Matheus Costa e Rafael Mueller (2020), o pagamento por hora/aula ministrada demonstra a plasticidade salarial e contratual na qual o professor Admitido em Caráter Temporário está sujeito, sendo mobilizado conforme as demandas do sistema público de ensino. Sua vulnerabilidade se dá no âmbito da instabilidade, da flexibilidade salarial, a inacessibilidade a benefícios que o professor efetivo possui e até mesmo com a intensificação de seus deslocamentos, conforme será melhor explorado no segundo capítulo.

Assim, o docente situa-se em uma condição de intensa rotatividade nas escolas e circulação no mercado de trabalho em busca de emprego, já que está sob constante ameaça do próximo período sem salário. Sua condição se inscreve no interior de um conjunto amplo de transformações que tomam forma a partir da década de 1970 e que modificam as relações de trabalho globalmente - além de inscrever-se na particularidade do seu trabalho enquanto docente diante das novas exigências da educação básica (OLIVEIRA, 2003).

Nesse sentido, o primeiro capítulo busca contextualizar essa nova fase do desenvolvimento capitalista que toma forma após a década de 1970 e como ela se apropria do caráter móvel da força de trabalho, a fim de tornar ainda mais plástico seu uso de acordo com as demandas produtivas. Desse modo, busca-se compreender o cenário em que se situa o trabalho docente e os regimes de trabalho em que é empregado.

2.1 A NOVA FASE DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA APÓS A DÉCADA DE 1970

Após a década de 1970, um conjunto de transformações na velocidade da comunicação, da circulação de mercadorias, ideias e dinheiro, tem dado origem a uma nova fase do desenvolvimento capitalista. Conforme Marini:

La globalización corresponde a una nueva fase del capitalismo, en la cual, por el desarrollo redoblado de las fuerzas productivas y su difusión gradual en escala planetaria, el mercado mundial llega a su madurez, expresada en la vigencia cada vez más acentuada de la ley del valor. En este contexto el ascenso del neoliberalismo no es un accidente, sino la palanca por

excelencia de que se valen los grandes centros capitalistas para socavar a las fronteras nacionales a fin de despejar el camino para la circulación de sus mercancías y capitales. La experiencia está mostrando, sin embargo, que sus políticas, aunque erien de una base ideológica común, engendran resultados distintos en distintas regiones del planeta (MARINI, 2000b, p. 66)

Longe do que previam aqueles que declararam o perecimento da lei do valor - como Gorz (2005) -, o que parece abrir-se após esse período é uma ampliação dos seus mecanismos de funcionamento, de modo que "[...] essa aparente invisibilidade do trabalho é a expressão fenomênica que encobre a real geração de mais-valor em praticamente todas as esferas do mundo laboral nas quais ele possa ser realizado" (ANTUNES, 2013, p. 15).

A partir de sua configuração monopolista, o capital submete todas as esferas da vida humana à sua valorização no interior de um mercado mundial. Se o capitalismo industrial, ainda em sua fase pueril, colocava uma quantidade limitada de mercadorias em circulação, acentuando a importância e centralidade da economia doméstica para a satisfação da maioria das necessidades dos trabalhadores, em sua configuração monopolista, o capital atinge mais plenamente sua tendência a subordinar as esferas da vida humana à produção de valor, alterando profundamente a economia, a sociabilidade e os padrões psicológicos e afetivos gerais (BRAVERMAN, 1980).

A crise que se instaura a partir da década de 1970, tem como precedentes a queda da taxa de lucro após a década de 1960; a crise dos preços do petróleo; a saturação e retração do mercado interno europeu com o aumento das taxas de desemprego; a revolução tecnológica na microeletrônica, informática, biotecnologia etc; assim como a crise fiscal nos Estados Unidos, que fragiliza o papel do dólar enquanto moeda estável, dando fim ao acordo de Bretton Woods (MARINI, 2000b; ANTUNES, 2000; HARVEY, 1996). Soma-se a isso a queda do Muro de Berlim e desintegração da URSS, a formação do Consenso de Washington e a invasão imperialista estadunidense no Iraque na Guerra do Golfo, iniciando também uma nova etapa nas formações econômicas dependentes (VALÊNCIA; FÉLIX, 2021).

David Harvey (1996) aponta para essa crise como resultado de uma rigidez dos investimentos de capital fixo nos sistemas de produção em massa, que não possibilitavam maior flexibilidade no planejamento e funcionavam a partir do pressuposto de um crescimento estável. Para Harvey, tratava-se de uma crise do padrão de acumulação fordista, de modo que esse novo período que se inicia, é entendido como um padrão de acumulação flexível. Nesse novo momento da acumulação de capital, buscava-se maior plasticidade nos processos de trabalho, de modo que a força de trabalho passou a ser empregada em regimes e contratos de trabalho flexibilizados, dando lugar ao uso de trabalho em tempo informal, temporário ou subcontratado.

Esse processo também deu lugar à transformação da organização industrial. Por exemplo, com as terceirizações e subcontratações, abrem-se oportunidades para a formação de pequenos negócios e até a reativação de sistemas de trabalho doméstico familiar, o que explica o crescimento das economias informais. Transforma-se, assim, as formas de controle do trabalho através da criação de novos arranjos produtivos, com a subcontratação de pequenas firmas. Assim, segundo Harvey (1996), a tensão tipicamente capitalista entre monopólio e competição, centralização e descentralização, é colocada em novos termos. Há maior dispersão e mobilidade geográfica na forma como a produção é organizada. Outro ponto importante desse processo foi a reorganização do sistema financeiro. Novamente, o fenômeno aparece num duplo movimento: a formação de conglomerados de grande poder global, junto da proliferação de atividades e fluxos financeiros. Isto se impôs como necessidade num sistema global altamente integrado (HARVEY, 1996).

No entanto, segundo Ricardo Antunes (2000), trata-se de uma crise estrutural do capital, que é equivocadamente entendida enquanto uma crise do fordismo e do keynesianismo. Antunes (2000) caracteriza esse período como marcado pela queda da taxa de lucro, pelo aumento do preço da força de trabalho após a conquista de direitos, mas também pelo esgotamento da capacidade de realização do valor através do consumo, diante de um setor manufatureiro internacional altamente produtivo e o crescente desemprego, levando a um esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista. Diante da queda da taxa

de lucro, nota-se também um crescimento e relativa autonomia da esfera financeira em relação aos capitais produtivos e maior concentração de capitais, dada a fusão de empresas monopolistas.

Torna-se pertinente questionar a validade de se nomear esta crise como uma crise do fordismo e do keynesianismo. Autores como Harvey (1996) colocam o período anterior à década de 1970 como um período em que o fordismo havia se instituído como regime de acumulação acabado, marcada pelo aumento nos padrões de vida e da democracia de massas - a formação de um Estado keynesiano. No entanto, Adrián Valência e Gil Félix (2021) questionam até que ponto tais formulações sobre o rompimento do pacto fordista seriam mudanças pensadas a partir das formações centrais do capitalismo, em que efetivamente havia um Estado de Bem-Estar Social; e colocam a necessidade de pensar nos contornos que esse novo padrão de acumulação adquire nos países subdesenvolvidos, onde o emprego operário mais estável era acessível a uma fração minoritária da população.

Gil Félix (2019) fala de uma reprodução histórica da condição de dependência na América Latina frente a um novo padrão de acumulação flexível do capital. Segundo o autor, apesar dessas novas dinâmicas no mundo do trabalho ocorrerem de forma generalizada, seus graus, formas e ritmos são distintos entre as formações sociais dependentes e mesmo entre diferentes setores produtivos. A existência de um setor informal e um exército industrial de reserva vastos não são fenômenos completamente novos em boa parte do mundo.

Conforme a Organização Internacional do Trabalho (2016), nos "países em desenvolvimento", os chamados empregos atípicos historicamente cobriram uma fração substancial da sua mão-de-obra. No entanto, nos últimos anos, os "empregos atípicos" estariam crescendo também nos países mais industrializados e nos segmentos que estavam associados aos empregos tradicionais e/ou de maior estabilidade, como o setor público. Ainda assim, os dados fornecidos pela OIT mostram como essa tendência se apresenta em ritmos distintos geograficamente. Entre os 33 países da Europa analisados em 2014, cerca de 12,3% dos trabalhadores eram regidos por contratos temporários - com alguns pontos fora da curva, como a Espanha, em que a porcentagem ultrapassa os 30%. Por outro lado, na Índia, o chamado trabalho ocasional abrange cerca de dois terços do trabalho por

conta de outrem. Na América Latina, os dados são mais heterogêneos: enquanto países como o Brasil e a Argentina possuem porcentagens menores, no Equador e no Peru, mais da metade dos trabalhadores por conta de outrem situam-se em regimes temporários. Na Etiópia, o emprego temporário atinge quase 60% da população empregada.

Segundo Paulo Baltar e Marcelo Proni (1995), o regime de trabalho no Brasil, há muito, se caracteriza mais pela instabilidade do que pela estabilidade dos vínculos empregatícios. Durante o regime militar, além da repressão à atividade sindical, medidas como a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) facilitaram o uso, contratação e dispensa do trabalhador, que também foi facilitado pela qualidade que se demandava da força de trabalho, pois os novos setores de produção de bens e prestação de serviços não demandavam maior qualificação, havendo uma separação intensa entre concepção e execução no interior do processo de trabalho. Neste cenário, em que os empregados mudam constantemente de emprego, estes não conseguem ultrapassar o "salário de entrada", recebendo sempre salários menores, sem acumular tempo de serviço e promoções, segundo os autores.

Segundo Dari Krein (1999), além de reprimir a atividade sindical, a introdução do sistema de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em substituição à legislação que garantia relativa estabilidade no emprego, e a lei do contrato temporário, foram duas medidas que contribuíram para aumentar a facilidade na alocação e remuneração dos trabalhadores nesse período. Elimina-se a estabilidade do emprego ao introduzir a demissão sem justa causa e fornecer um depósito de 8% do salário ao mês que pode ser retirado após a dispensa, facilitando a contratação e demissão da mão-de-obra - e garantindo um valor para reprodução do trabalhador demitido.

Nos anos 90, ganha corpo a tese de uma reorganização produtiva que desse flexibilidade frente a um mercado globalizado e competitivo, tese defendida até mesmo pelo governo federal. Toma forma uma crítica à suposta rigidez trabalhista brasileira, que estaria atrasada frente às mudanças que ocorriam mundialmente. Krein (1999) expõe um conjunto de medidas que sinalizam para o papel do Estado frente à regulação do uso e circulação da força de trabalho no

Brasil. Primeiramente, a Medida Provisória nº 794/1994, sobre a Participação nos Lucros ou Resultados (PLR). Para que a medida não servisse como forma de substituir a remuneração pelo trabalho, instituiu-se que a periodicidade mínima para seu pagamento era de seis meses. No entanto, nos termos colocados, a medida pulverizava as negociações ao nível da empresa, descentralizando a negociação no âmbito da categoria. Segundo, a PLR era determinada através dos níveis de produtividade, que induzia o trabalhador a aumentar sua produtividade, ajustando-se mais facilmente aos novos métodos de gerenciamento do trabalho.

Outra medida citada pelo autor, foi a lei da contratação por tempo determinado, que permitia a contratação por um período de até 24 meses, através de negociação coletiva com o sindicato. Nessa mesma legislação foi introduzido o mecanismo do banco de horas. Nessa medida, a jornada poderia ultrapassar as 44 horas semanais sem que o trabalhador ganhasse horas extras, desde que fosse compensado por redução da jornada nos períodos de baixo movimento. Nesse caso, podemos ver o caráter móvel e plástico da força de trabalho, que é mobilizado conforme as demandas. Ainda, em 1998, a Medida Provisória 1.709 foi introduzida pelo governo, admitindo jornadas de até 25 horas semanais, tendo o salário e demais direitos ajustados conforme a duração da jornada semanal trabalhada.

Segundo Dari Krein e Marilane Teixeira (2021), mesmo prevalecendo uma flexibilidade contratual, informalidade e forte presença do trabalho autônomo no Brasil, o debate em defesa das modalidades de contratação flexível, que surge na década de 1990, - baseado no argumento de uma suposta rigidez do mercado de trabalho -, é muito similar ao dos países centrais. As contratações flexíveis são caracterizadas pelo tempo de contrato determinado, maiores facilidades para despedir e menores custos ao empregador. Em suma, esses regimes de trabalho implicam em maiores facilidades de demissão e uso do trabalho conforme as demandas da empresa.

No Brasil, como foi exposto, muitas dessas modalidades já haviam sido introduzidas anteriormente. No entanto, conforme Krein e Teixeira (2021), as restrições ao uso dessas formas de contratação era mais limitado, para casos de substituição eventual de trabalhador, para atividades transitórias ou de natureza sazonal etc. A partir da Reforma Trabalhista de 2017, amplia-se a abrangência do

contrato parcial e temporário, cria-se o contrato intermitente, assim como institui-se outras medidas que ampliam essas modalidades de contratações mais flexíveis. Apesar dessas mudanças, os contratos por prazo indeterminado continuam sendo a maioria no Brasil. Isso se deve, segundo Krein e Teixeira (2021), pelo fato de que esta modalidade já é flexível, uma vez que o empregador possui liberdade em romper o vínculo sem justificar a causa, tendo restrições apenas de ordem financeira, o que implica em elevados graus de circulação da força de trabalho e, no âmbito das empresas, elevadas taxas de rotatividade. Ademais, no Brasil, a terceirização enquanto modalidade flexível de contratação se faz bastante presente, assim como têm crescido os empregos informais, como o trabalho sem carteira assinada e o trabalho por conta própria, conforme analisam os autores.

Pensando em como essas transformações que ocorrem no fim do século XX se situam globalmente, Marini (2000b) diz que a crise que se instaura a partir da década de 1970 encontra uma resolução nas compras e fusões de ativos e no novo mecanismo de terceirização. Ainda, com as novas tecnologias na microeletrônica, informática e telecomunicações, as condições de crescimento econômico deixam de corresponder à ampliação dos empregos. Nessa nova fase de acumulação, surgem diversas modificações no trabalho caracterizadas pela chamada flexibilização, impondo novas dinâmicas no seu uso, na estabilidade do emprego e do salário. Com o desenvolvimento tecnológico e ampliação da lei do valor, impõe-se uma padronização da produção. Isto permitiu a expansão do comércio intrafirmas, em que uma grande empresa consegue comprar seus componentes de outras empresas, terceirizando a produção e suprimindo as barreiras que fragmentavam os mercados mundiais.

Assim, segundo Marini (2000b), esse cenário dá lugar a uma nova divisão internacional do trabalho, em que os países industrializados, diante de sua preeminência em matéria de desenvolvimento científico, que tornam possível a constituição de um monopólio tecnológico, agravam a condição de dependência dos demais países. Ainda, aqueles realizam uma transferência das atividades industriais aos países menos desenvolvidos tecnologicamente de duas maneiras: transferindo as indústrias menos intensivas em conhecimento ou dispersando as etapas da produção entre diferentes nações, impedindo o surgimento de economias

nacionalmente integradas. Agora, com a abertura de mercados cada vez mais amplos, com o sistema *just-in-time*, e a descentralização produtiva, com as terceirizações e maior mobilidade do capital, implica na redução dos gastos de circulação. Ao mesmo tempo que isso significa maior centralização do capital, também obriga à difusão da tecnologia (ainda que não ao nível da concepção), uma vez que esta é a condição para a padronização, que permite a descentralização do processo produtivo (MARINI, 2000b).

Em suma, há um processo de reestruturação dos padrões de acumulação de capital a nível mundial, mas que ocorre de forma heterogênea no interior da divisão internacional do trabalho, o que exige pensar nos contornos que essas transformações adquirem para os países dependentes e subdesenvolvidos científico-tecnologicamente.

Assim, nessa nova fase do desenvolvimento capitalista, com a superação crescente das fronteiras nacionais pela lei do valor, em termos de produção e circulação de mercadorias, configuram-se novas formas de organização da produção e uma nova divisão internacional do trabalho, com maior dispersão geográfica do processo produtivo e intensa mobilidade do capital, de maneira geral, implicando em usos ainda mais flexíveis e intensa circulação da força de trabalho.

2.2 A NATUREZA MÓVEL DA FORÇA DE TRABALHO FRENTE AO CAPITAL

As transformações no mundo do trabalho desencadeadas pela crise da década de 1970 apontam para a intensificação e generalização da precarização do trabalho, em que uma condição operária mais "estável" tem se reduzido cada vez mais. Observa-se uma tendência ao aumento de regimes de trabalho mais flexíveis, alterando a distinção entre mercado de trabalho formal e informal, assim como intensificando a circulação mercantil da força de trabalho (VALENCIA; FÉLIX, 2021). Como apontam Valência e Félix

Ainda que estejam relacionadas a condições de trabalho tecnicamente próprias da acumulação flexível e/ou do processo de reestruturação

produtiva, a rigor, essas modificações advêm do mesmo mecanismo mercantil capitalista de valorização do valor e de exploração do trabalho assalariado (VALÊNCIA; FÉLIX, 2021, p. 41)

Esse conjunto de transformações intensificou e apropriou-se de uma tendência própria das relações de trabalho assalariadas: a tendência à mobilidade da força de trabalho. Intuitivamente, o conceito de mobilidade do trabalho remete ao deslocamento espacial dos trabalhadores, como as migrações, por exemplo. No entanto, a mobilidade é um fenômeno mais amplo que diz respeito à forma como os trabalhadores submetem seu comportamento às exigências de crescimento capitalista. Jean-Paul Gaudemar (1977), em seu livro *Mobilidade do Trabalho e Acumulação do Capital*, extrai o conceito de mobilidade do trabalho da crítica da economia política de Karl Marx.

A elaboração marxista sobre a mobilidade do trabalho parte da crítica à Economia Política Clássica e do desenvolvimento do conceito de força de trabalho (GAUDEMAR, 1977). Segundo Marx (2017), não é o mercado que caracteriza o modo de produção capitalista, uma vez que este pode existir desde que determinada formação social seja capaz de produzir excedente e realizar sua troca por outros produtos. Apenas com a separação dos meios de produção de uma massa de trabalhadores, uma separação entre produção e apropriação, é que constitui-se um contingente disposto a vender sua força de trabalho e produzir excedente para outrem.

No modo de produção capitalista, o trabalhador produz, sob controle do empregador, um produto que não pertence ao produtor direto, mas é apropriado pelo capitalista. Ou seja, o capitalista paga pela força de trabalho e seu valor de uso pertence a ele durante o período em que o trabalhador inicia sua jornada. A especificidade da força de trabalho de ser uma mercadoria capaz de produzir um valor excedente à sua reprodução, um *mais-valor*, é o que origina o lucro.

Nesse sentido, Marx institui uma distinção importante: a distinção entre trabalho e força de trabalho - algo previamente introduzido por David Ricardo (1882). Adam Smith, em *A Riqueza das Nações*, já havia instituído o trabalho como fonte de

valor¹. No entanto, Smith encontra-se em um pensamento circular ao dizer que aquilo que determina o preço natural dos salários é o preço das mercadorias necessárias à sua reprodução. Apenas com o desenvolvimento do conceito de força de trabalho, essa circularidade consegue ser superada, uma vez que o salário também é o preço por uma mercadoria. A força de trabalho é uma mercadoria cujo valor de uso é capaz de superar seu valor de troca (LIMA, 1986; GAUDEMAR, 1977). Em outras palavras, a força de trabalho, enquanto mercadoria, além de produzir valores de uso, possui a especificidade de produzir valor, através do trabalho, produzindo um excedente que ultrapassa o necessário para sua reprodução.

Assim,

O alcance do conceito de mais-valia resulta, não do facto de constituir o ponto final de um pensamento que atinge a síntese definitiva depois de ter procedido por acumulações sucessivas a partir das instituições smithianas, mas do facto de que é abertura, primeira abertura real e ponto de partida para uma compreensão mais purificada de todos os modos económicos de submissão dos corpos dos homens - como o da força de trabalho no processo de produção, como o das crianças nos aparelhos escolares (GAUDEMAR, 1977, p. 57)

É nesse sentido que Gaudemar (1977) realiza uma leitura dos primeiros capítulos de *O Capital* pensando não nas mercadorias genericamente, mas especificamente na mercadoria força de trabalho. No primeiro capítulo, Marx expõe a natureza dupla da mercadoria: possuidora de valor de troca e de valor de uso. Quanto ao primeiro, como toda mercadoria, seu valor é medido pelo trabalho necessário à sua reprodução. No entanto, no que diz respeito ao segundo, a força de trabalho, como já foi dito, é a única mercadoria criadora de valor. Ainda, para que o dinheiro torne-se capital, o seu possuidor tem de encontrar o trabalhador livre no mercado, passível de vender sua força de trabalho. Logo, Gaudemar (1977) expõe a dupla especificidade da força de trabalho enquanto mercadoria: além de criar

¹ “Portanto, o valor de qualquer mercadoria, para a pessoa que a possui, mas não tenciona usá-la ou consumi-la ela própria, senão trocá-la por outros bens, é igual à quantidade de trabalho que essa mercadoria lhe dá condições de comprar ou comandar. Conseqüentemente, o trabalho é a medida real do valor de troca de todas as mercadorias” (SMITH, 1996, p. 87)

valores de uso, cria valor superior ao seu valor de troca e é móvel para levar-se ao mercado.

Portanto, a produtividade do capital não pode prescindir da mobilidade, pois esta garante a circulação da força de trabalho no mercado, com o mínimo de obstáculos possíveis, e sua sujeição ao processo produtivo. Ou seja, as estratégias de extração do mais-valor, em sua forma absoluta ou relativa, dependem da duração do tempo de trabalho e da intensidade do trabalho, que pressupõem uma elasticidade e adaptabilidade do trabalhador. Assim, a mobilidade consiste na natureza móvel da força de trabalho e no seu potencial de adaptar-se às variações na jornada de trabalho, na intensidade e ritmos de trabalho, no seu deslocamento etc. Em suma, na sua capacidade de adaptar-se à fluidez do capital (GAUDEMAR, 1977).

O processo de desenvolvimento da maquinaria demandou e criou condições para retirar a centralidade do caráter subjetivo do trabalho. Da mesma forma, a mobilidade também significa uma facilidade em alocar, deslocar e substituir trabalhadores da produção, assim como facilitar sua mobilidade no interior da divisão do processo produtivo. Assim, quanto mais o trabalho pode prescindir da subjetividade do trabalhador, maior a condição de mobilidade no uso da força de trabalho

Diante de uma força de trabalho refratária aos novos ritmos e condições de produção da indústria capitalista, ou seja, refratária à mobilidade capitalista, a gerência científica, que se desenvolveu entre o fim do século XIX e início do século XX por Taylor, teve um papel crucial na modelagem da empresa moderna e no desenvolvimento dos métodos e organização do trabalho. Ela "Investiga não o trabalho em geral, mas a adaptação do trabalho às necessidades do capital" (BRAVERMAN, 1980, p. 83). Nesse processo em que a força de trabalho se submete à gerência do processo produtivo, o corpo do trabalhador torna-se objeto de disciplinamento. Nesse sentido, Gaudemar (1977) diz que a mobilidade do trabalho está no centro dos dispositivos disciplinares do trabalho.

A mobilidade também se expressa em sua dimensão espacial. O desenvolvimento da manufatura e da cooperação implicaram em novos usos da

força de trabalho. Estes dão lugar à especialização espacial do trabalho, que demanda maior liberdade de circulação e deslocamento da força de trabalho. Assim, a mobilidade do trabalho pode estar associada a variados graus de deslocamento.

Desde os seus primórdios, no modo de produção capitalista, a mobilidade espacial dos trabalhadores se apresentava enquanto mobilidade forçada. Marx (1853) já chamava de emigração forçada o fenômeno dos emigrantes irlandeses embarcados no porto de *Liverpool* e os pequenos agricultores ingleses que deixavam suas terras em busca de oportunidades no Novo Mundo. Tratava-se da migração compulsória causada pela concentração fundiária, utilização de máquinas agrícolas e a introdução do sistema de agricultura em larga escala. Segundo ele, na migração moderna, não é o baixo desenvolvimento produtivo que expulsa a população para outras terras, mas o seu incremento.

Diante do desenvolvimento crescente dos meios de transporte e de comunicação, assim como de um exército de reserva disponível para o trabalho, os trabalhadores conseguem deslocar-se para espaços em que há maior demanda pelo trabalho. Essa condição permite que o capital não dependa de um estoque imediato de trabalhadores, colocando-os em concorrência com um contingente cada vez maior e menos limitado espacialmente de trabalhadores (FÉLIX, 2019; PERPETUA, 2013). Em suma, a natureza móvel da força de trabalho, a formação de um exército de reserva e o desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte facilitam o deslocamento dos trabalhadores e permitem uma oferta imediata de trabalho conforme as demandas flutuantes do capital.

No entanto, a mobilidade também encontra obstáculos. Entre eles, o fato de que o capital incita uma contradição entre a fluidez do trabalho e a rigidez da divisão e especialização do processo de trabalho, conforme Marx:

Por meio da maquinaria, de processos químicos e outros métodos, ela revoluciona continuamente, com a base técnica da produção, as funções dos trabalhadores e as combinações sociais do processo de trabalho. Desse modo, ela revoluciona de modo igualmente constante a divisão do trabalho no interior da sociedade e não cessa de lançar massas de capital e massas de trabalhadores de um ramo de produção a outro. A natureza da grande indústria condiciona, assim, a variação do trabalho, a fluidez da função, a mobilidade pluridimensional do trabalhador. Por outro lado, ela

reproduz, em sua forma capitalista, a velha divisão do trabalho com suas particularidades ossificadas. Vimos como essa contradição absoluta suprime toda tranquilidade, solidez e segurança na condição de vida do trabalhador, a quem ela ameaça constantemente com privar-lhe, juntamente com o meio de trabalho, de seu meio de subsistência; como, juntamente com sua função parcial, ela torna supérfluo o próprio trabalhador; como essa contradição desencadeia um rito sacrificial ininterrupto da classe trabalhadora, o desperdício mais exorbitante de forças de trabalho e as devastações da anarquia social (MARX, 2017, p. 557)

Assim, o capital une, contraditoriamente, a fluidez e polivalência de uma força de trabalho que serve às demandas do capital com a rigidez da divisão do processo de trabalho, colocando como demanda urgente a superação da condição de uma classe trabalhadora

[...] pronta a satisfazer as necessidades mutáveis de exploração que experimenta o capital, pela disponibilidade absoluta do homem para cumprir as exigências variáveis do trabalho; a substituição do indivíduo parcial, mero portador de uma função social de detalhe, pelo indivíduo plenamente desenvolvido, para o qual as diversas funções sociais são modos alternantes de atividade (MARX, 2017, p. 558).

O modo de produção capitalista, apesar de superar a fixidez dos antigos modos de produção, condiciona o trabalhador a uma divisão do processo produtivo que o torna supérfluo e substituível, mergulhando-o na incerteza e instabilidade (MARX, 2017).

Segundo Gaudemar (1977), a mobilidade do trabalho é quase sempre pensada como sinônimo de ajustamento e compensação, um mecanismo de equilíbrio. Assim, os estudos sobre a mobilidade, sobretudo nas Ciências Econômicas, tendem a se reduzir a análises de dados empíricos, em que se interessa apenas pelas formas quantificadas da mobilidade, como a quantificação dos migrantes e seu uso como variável em modelos, enquanto seu significado econômico propriamente dito não é atingido.

Ao captar o significado econômico da mobilidade, conseguimos entender porque a mobilidade do trabalho expressa-se de formas tão distintas. O deslocamento espacial torna-se apenas uma expressão fenomênica de um conjunto

maior de adaptações que a força de trabalho tem de fazer em sua sujeição à acumulação de capital. É justamente a condição móvel e plástica da força de trabalho que viabiliza a produção de valor e constitui-se como fundamento do capital, especialmente em sua fase atual, em que essa condição é intensificada. Em suma, o uso flexível da força de trabalho não é um fenômeno completamente inédito, mas uma possibilidade de uso do trabalho decorrente da própria natureza das relações de trabalho assalariadas, que agora ganha novos contornos.

2.3 A INTENSIFICAÇÃO DA MOBILIDADE DO TRABALHO

Nesse sentido, cabe pensar no que há de novo no uso flexível da força de trabalho na fase globalizada do capital. No contexto das transformações do mundo do trabalho após a década de 1970, Félix (2019) aponta para um processo de ampliação e aceleração da circulação mercantil da força de trabalho. Sua ampliação apresentar-se-ia, em termos de quantidade, por exemplo, no aumento do exército de reserva; em sua extensão, com a intensificação da mobilidade espacial; e em sua qualidade, como a polivalência e outras formas de flexibilizar seu uso. Sua aceleração, por outro lado, implicaria em pensar na sua compra e venda, por exemplo, no aumento das taxas de rotatividade e nas formas “atípicas” dos regimes trabalhistas. Ainda, implicaria pensar nas variações em termos de produção e reprodução da força de trabalho, por exemplo, a necessidade de poliespecialização; amplificação dos espaços entre compra e venda da força de trabalho; os arranjos reprodutivos dos trabalhos frente a esse processo; a intensificação do trabalho etc.

A começar pela qualidade e uso da força de trabalho, a partir da década de 1970 têm se tornado crescentes os regimes de trabalho mais flexibilizados. Esse fenômeno se expressa nas admissões temporárias; na informalização; na diminuição dos direitos trabalhistas; na remuneração variável; na polivalência; na subcontratação e terceirização etc. Nessa forma de gestão do trabalho, é possível adequar as contratações conforme as oscilações do mercado, tornando o quadro de trabalhadores com cada vez maior rotatividade. No entanto, devido à chamada *supercirculação* da força de trabalho, observa-se que, agora, o aumento da

rotatividade atingiu até mesmo as faixas de trabalhadores mais escolarizados, sendo uma dinâmica cada vez mais generalizada no mercado de trabalho, não apenas referente apenas àqueles trabalhadores de menor escolaridade e que exercem trabalhos manuais, apesar de estes serem os mais vulneráveis a se submeterem às oscilações do mercado (FÉLIX, 2019).

Félix (2019), em seu estudo sobre os trabalhadores da Vale, mostra como a flexibilidade permitiu a contratação conforme as fases de implementação do empreendimento. Por exemplo, a fase de instalação das mineradoras demandou grande contingente de trabalhadores, especialmente no setor de construção civil, que foram desmobilizados na fase seguinte, tendo em vista que foram contratados através das terceirizadas. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2017), em 2015, a taxa de rotatividade global calculada para o mercado celetista no Brasil, foi de 54,8%. Observa-se um crescimento na rotatividade entre 2003 a 2015 no segmento celetista. Ainda, quando analisada a readmissão do trabalhador demitido sem justa causa, constata-se uma perda salarial, que cresce quanto maior o tempo entre a demissão e a admissão seguinte. Na Indústria Extrativa Mineral, o setor mais afetado, a perda salarial chegava a 30% entre aqueles que migravam para outro setor no emprego seguinte.

Uma vez que a habituação do trabalhador aos ritmos de trabalho e sua submissão ao processo produtivo enquanto “fator de produção” são processos contínuos e que demandam disciplinamento, sua pressão sobre os trabalhadores é incessante (BRAVERMAN, 1980). A fluidez dos novos regimes de trabalho tem se tornado uma das formas com que essa habituação e disciplinamento ao trabalho têm ocorrido nas últimas décadas, uma vez que são obstáculos à mobilização e organização de classe, seja pela intensa rotatividade nos quadros de trabalhadores ou por dificultar o próprio reconhecimento enquanto trabalhador, como é o caso dos trabalhadores informais.

No que diz respeito à dimensão espacial da supercirculação e da mobilidade, a condição de mobilidade espacial do trabalhador tem sido facilitada pelo desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação, de modo que cada vez mais o trabalho se torna menos fixo geograficamente. Essa dinâmica não ocorre

somente em termos de migração entre países, mas mesmo nos deslocamentos diários intermunicipais e nas migrações nacionais (PERPETUA, 2013).

Nesse sentido, podemos compreender fenômenos como as migrações e levantamento de barreiras entre México e Estados Unidos, em que o controle da migração ocorre ao mesmo tempo em que estes trabalhadores têm sua força de trabalho explorada, apontando para o problema de regulação dos fluxos da força de trabalho (GOMES, 2009). Harvey (1996) coloca que o trabalho de imigrantes aparece como a ponta do *iceberg* de um processo de precarização das condições de trabalho no capitalismo atual. A esses trabalhadores destinam-se os trabalhos mais precarizados e de maior risco. Assim, o trabalhador se insere em um exército de reserva globalizado em formação (MARINI, 2000b).

É importante ressaltar que circulação, mobilidade e deslocamento não são sinônimos e podem estar vinculados de diferentes formas. Um trabalhador pode encontrar-se em uma condição de alta circulação ao ser admitido em diversos postos de trabalho temporários num curto período de tempo, mesmo que não haja um deslocamento intenso e/ou de longas distâncias. No entanto, a mesma condição poderia levá-lo a migrar até diferentes locais de trabalho, em fluxos que variam desde a migração internacional até os fluxos diários intermunicipais, por exemplo.

Segundo Felix (2019), as mudanças nos processos produtivos e no padrão de acumulação de capital tornaram as linhas entre exército ativo e exército de reserva pouco delimitadas, isto é, alteraram as formas de circulação mercantil da força de trabalho. Os contratos por tempo determinado, a informalização, a desregulamentação das relações de trabalho, expressam a condição cada vez mais móvel e flexível que a força de trabalho tem de assumir para ajustar-se às demandas de acumulação do capital, e, com isso, intensificam a circulação da força de trabalho no mercado. Nesse sentido, a própria distinção entre emprego e desemprego torna-se turva.

Portanto, a nova fase do desenvolvimento capitalista trouxe um conjunto de implicações na forma como o trabalho é mobilizado. Como resultado disso, tem-se regimes de trabalho que facilitam sua admissão e demissão, de acordo com a fluidez do capital. Assim, intensifica-se sua circulação mercantil, em espaços ainda mais amplos de compra e venda da força de trabalho, que tornam mais complexa a distinção entre um exército ativo e um exército de reserva, assim como distinguir

uma condição de emprego e desemprego, diante da presença de regimes de trabalho temporário, informais e por conta própria. A seguir, veremos como essa condição se apresenta particularmente entre os docentes do ensino básico.

3. MOBILIDADE DOCENTE E SUPERCIRCULAÇÃO

A atual condição do trabalho docente se insere em um contexto de amplas transformações nos regimes de trabalho e, particularmente, na sua reestruturação diante das reformas educacionais que tomaram forma a partir da década de 1990. A partir da reestruturação do trabalho docente, este já não pode mais ser compreendido apenas como trabalho em sala de aula, passando a abranger um conjunto de demandas relativas à gestão escolar (OLIVEIRA, 2003). Junto disso, a presença substancial de contratos temporários entre professores do ensino público e do ensino privado, implicam em usos e remunerações mais flexíveis do trabalho docente. Assim, para compreender as relações de trabalho que permeiam a prática docente no ensino básico, é preciso compreendê-los em tempos e espaços complexos e mais amplos do que o ambiente da sala de aula.

Nessas condições, o trabalho do professor do ensino básico no Brasil se dá junto aos deslocamentos a trabalho, polivalência quanto às funções que ocupa e uma série de ajustamentos temporais e espaciais. As contratações temporárias implicam em uma intensa circulação dos professores no mercado de trabalho, de modo que sua trajetória profissional é marcada pelo elevado número de escolas em que trabalharam e pelos curtos períodos de tempo em que permaneceram em cada unidade.

A rotatividade do corpo docente nas instituições de ensino também vem acompanhado da intensificação dos deslocamentos. Os contratos temporários e a caracterização do professor temporário como professor “tampão”², implica na necessidade de deslocar-se entre diferentes unidades de ensino para compor sua jornada de trabalho ao longo da semana. Além disso, deslocamentos mais longos

² O termo, utilizado no título do trabalho, foi mencionado por uma entrevistada para se referir ao professor temporário. O tampão é aquilo que é usado para conter um vazamento ou, na medicina, uma hemorragia. O tampão aparece como aquilo que é mobilizado para conter os desequilíbrios, falhas e crises, assim como é o professor temporário, condição presente na trajetória profissional de praticamente todos os entrevistados.

são realizados para cidades fora da Região Metropolitana de Florianópolis, indicando uma ampliação nos espaços de compra e venda da força de trabalho (FÉLIX, 2019).

A intensificação da mobilidade docente implica em uma condição de precarização e adoecimento para a profissão. Sua mobilidade se expressa no deslocamento que realiza, na sua polivalência diante da reestruturação de seu trabalho, nos regimes de contratação temporária, na insegurança diante da condição alternante entre emprego e desemprego etc. Sua flexibilidade possui um custo psicofisiológico (ASSUNÇÃO, 2003) que recai sobre o professor e sobre a qualidade da educação básica do país.

3.1 AS REFORMAS EDUCACIONAIS E A REESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

Aliado às transformações que ocorrem de forma mais ampla nos regimes de trabalho após a década de 1970, é preciso pensar na particularidade em que se inscreve o trabalho docente e, especificamente, no Brasil. Segundo Oliveira (2003), a partir de 1990 foi implementado um conjunto de reformas educacionais no país e na América Latina. Apesar disso, são poucos os estudos que pensam nos impactos dessas reformas e o contexto político-econômico em que se originam sobre as relações de trabalho dos docentes. Segundo a autora, há uma profunda conexão entre a gestão escolar e o trabalho docente. Segundo Oliveira (2003), os estudos sobre trabalho docente ganharam força por volta de 1970-80. Nesse período, esses estudos possuíam forte ênfase na análise das relações de trabalho na escola, por vezes com clara orientação marxista. A partir da década de 1990, o enfoque nas relações de trabalho vai perdendo lugar e dando espaço para estudos sobre formação e profissionalização docente, enfoques em gênero e raça, assim como alguns debates em questões relativas à subjetividade. Apesar da importância dessas análises, a análise das mudanças no trabalho tornou-se marginal.

Segundo a autora, as reformas educacionais a partir da década de 1990 se dão com o objetivo de expansão da educação básica mínima para o desenvolvimento de competências básicas para o as dinâmicas atuais dos

processos produtivos e, na América Latina, com o acordo estabelecido na Conferência Mundial Sobre Educação Para Todos em Jomtien, no ano de 1990, também traria o foco na educação como forma de alcançar equidade social, isto é, reduzir as desigualdades sociais através da educação permitindo que as populações vulneráveis encontrassem caminhos para sua sobrevivência, nas palavras da autora³.

Segundo Oliveira (2003) os professores, especialmente no sistema público de ensino, assumem funções de assistente social, psicólogo, enfermeiro, agente público etc. A partir das reformas que tomam forma nos países latinoamericanos a partir da década de 1990, o próprio trabalho docente não consegue mais ser compreendido apenas como atividade em sala de aula. A sua função é reestruturada e passa a abranger a gestão escolar, impondo um conjunto de novas exigências em termos de planejamento, elaboração de projetos e funções "burocráticas".

Nesse cenário de expansão da educação formal e controle dos gastos, há não apenas uma intensificação do trabalho docente, mas sua reestruturação diante de novas exigências e formas de gestão que adentram a escola. Junto disso, adiciona-se o fato de que, na América Latina, os salários de professores são baixos quando comparados a outras funções que exigem o mesmo grau de formação, de modo que torna-se comum a composição da jornada de trabalho em mais de uma unidade escolar (OLIVEIRA; VIEIRA, 2012).

Ao pensarmos na reestruturação do trabalho docente, trata-se também de pensar nas condições em que o professor opera, isto é, a sua polivalência no interior da divisão do trabalho; na jornada e intensidade do trabalho; nos tempos e espaços para sua realização; assim como aspectos contratuais, como estabilidade, remuneração etc. O trabalho docente já não pode ser compreendido apenas no interior da sala de aula, este passa a compreender um conjunto de demandas correspondentes às unidades escolares em que opera, assim como tempos e espaços mais amplos e complexos (OLIVEIRA; VIEIRA, 2012).

³ Conforme Gentili (2005), os discursos sobre educação a partir da década de 1970 abandonam as questões acerca do papel do Estado e da formação de força de trabalho qualificada para o desenvolvimento nacional, passando para uma noção de "empregabilidade", que torna-se sintoma de uma cenário em que, diante dos poucos empregos disponíveis, alguns sobreviverão e outros não.

Disso decorre a importância em analisar as relações de trabalho que atravessam a prática docente para além de sua prática em sala de aula, analisando como seu trabalho é mobilizado, suas implicações temporais e espaciais (como os deslocamentos a trabalho) e as condições em que ele circula.

3.2 OS CONTRATOS TEMPORÁRIOS, A IRREGULARIDADE DO CORPO DOCENTE E A INTENSIFICAÇÃO DA CIRCULAÇÃO

Diante disso, esse subtópico tratará da condição de intensa rotatividade e circulação dos trabalhadores docentes, dada a incidência de contratos temporários no setor público e no setor privado. Segundo Krein (1999), a contratação temporária facilita a alocação e flexibiliza a remuneração dos trabalhadores. Com isso, tem-se um aumento na circulação mercantil do trabalho e, potencialmente, dos deslocamentos, como veremos a seguir.

Ao longo das entrevistas, a tentativa de recompor a trajetória profissional dos entrevistados se tornou uma tarefa quase impossível, devido ao número de locais trabalhados, aos curtos períodos de tempo em que atuaram e à conciliação entre diferentes instituições de ensino. Suas trajetórias evidenciaram a alta rotatividade do corpo docente nas escolas, visto que quase a totalidade dos professores entrevistados permaneciam por pouco tempo nas escolas e frequentemente conciliavam as aulas em mais de uma instituição de ensino - reiterando, além das escolas de ensino básico públicas, essa condição também se mostrou presente nas instituições de ensino privadas.

A aceleração mercantil do trabalho, da qual trata Félix (2019), expressa-se nas elevadas taxas de rotatividade e na flexibilização dos regimes de trabalho. No que diz respeito ao setor público, o regime jurídico que rege os servidores temporários é o "regime jurídico especial" ou "regime jurídico administrativo", previsto no inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, com o objetivo de atender à "necessidade temporária de excepcional interesse público", não se configurando, portanto, como cargo ou emprego público, visto que a natureza do vínculo não é estatutária e nem celetista (Senado Federal, 2019). No entanto, apesar da suposta

excepcionalidade da Admissão em Caráter Temporário, essa é a condição dominante na qual se organiza o ensino básico nas escolas públicas do país há algumas décadas, especialmente no âmbito estadual⁴.

Conforme coloca Borges (1995), a imprescindibilidade do professor ACT está justamente na facilidade com que é admitido e afastado. Segundo a autora, a origem do professor ACT se dá nos quadros da Ditadura Militar (1964-1985), em que, através da Associação dos Licenciados de Santa Catarina (ALISC), centenas de professores licenciados se contrapõe à figura do professor designado, questionando a relação entre o Estado e os profissionais da educação. Essas contestações dão origem à Lei nº 6.032/82, que normatiza o regime jurídico dos servidores Admitidos em Caráter Temporário, novo nome dado aos professores designados, considerados como "bóias-frias da educação". Conforme Borges (1995), como alternativa aos designados, o então Secretário da Educação, Antero Nercolini, encaminha uma análise ao governador do estado, defendendo a adoção do regime da lei especial em detrimento da contratação por regime celetista, visto que, como consta no documento, essa forma de contratação equipararia o Estado ao empregador comum, implicaria na proibição de alterações no horário de trabalho imposta pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); além de aumentar os custos com repouso semanal, 13º salário, FGTS etc.

Segundo Costa e Mueller (2020), atualmente, os professores do Magistério Público de Santa Catarina são regidos pela lei nº 6.844/1986 e a lei complementar nº 668/2015. A contratação do ACT também é regulamentada no Estado de Santa Catarina pela Lei nº 16.861/2015, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição da República. Segundo os autores, a lei complementar instituiu um novo plano de cargos e salários para os servidores do magistério no estado, que extinguiu um conjunto de gratificações, além de contratar os ACT como trabalhadores horistas, pagos por hora/aula ministradas, ao invés de módulos de aulas, como era anteriormente. Assim como instituiu um conjunto de perdas de ordem pecuniária. Com isso, se impõe ao ACT a necessidade de aumentar o número de escolas trabalhadas para completar sua carga horária, aumentando seu deslocamento entre

⁴ O Índice de Regularidade Docente no Brasil, produzido pelo INEP referente ao ano de 2023 (BRASIL, 2023b), indica uma variação conforme as dependências administrativas, de modo que as taxas de regularidade mais baixas estão entre as escolas estaduais e municipais, enquanto as escolas federais e privadas possuem maiores porcentagens de professores em alta ou média-alta regularidade.

unidades de ensino. Acrescenta-se a isso que, até então, não possuem plano de saúde como os servidores do Estado e não recebem remuneração compatível com a formação, com plano de carreira.

Diante dessas transformações nas formas de remuneração e da jornada de trabalho, os autores associam o professor ACT ao processo de *uberização*, em que sua remuneração é equivalente ao período em que seu trabalho é demandado pontualmente. O uso flexível do trabalho docente ganha dimensões até mesmo na polivalência, visto que muitos professores ministram disciplinas incompatíveis com sua formação. Nas relações assalariadas, o trabalhador só é pago pelo período em que tem sua força de trabalho utilizada. Com os novos regimes de trabalho, isso tem se tornado mais evidente.

Já no Município de Florianópolis, conforme consta no Edital 005/2024 para seleção emergencial simplificada de substitutos, a contratação é regida pela Lei nº 2.517/86, Lei nº 2.915/88, Lei Complementar Municipal CMF nº 063/03 e Decreto nº 9.882/12. Segundo Arthur Souza (2018), atualmente os decretos nº 3621, de 22 de agosto de 2005 (FLORIANÓPOLIS, 2005), e 9.882, de 2012 (FLORIANÓPOLIS, 2012), fornecem as normas e procedimentos para contratação de temporários. Estes documentos adicionam possibilidades para a contratação de professores temporários: os desdobramentos de turma, ampliação do atendimento e/ou convênios. Segundo o autor, há uma mudança do termo "substituto" em detrimento do termo "temporário", ampliando seu escopo de atuação.

Tomemos o exemplo de O., 45 anos, e C., 49 anos. Ambos eram professores há mais de 20 anos, aqueles com carreiras mais longas entre os entrevistados. C., 49 anos, uma mulher solteira, sem filhos e natural de Florianópolis, é licenciada em História e possui mestrado na área. Seu primeiro emprego foi em uma escola pública pelo período de dois anos, seguida de um período de três meses em uma escola particular em São José como substituta. Seu trabalho como docente foi interrompido por um período morando em Portugal. Na volta, continuou dando aulas na rede estadual como ACT em diversas escolas, foi bolsista no IFSC como orientadora de trabalhos acadêmicos e também trabalhou na Faculdade Municipal de Palhoça. Entre 2004 e 2006, C. passou a trabalhar em uma faculdade privada em Lages, em que dormia na cidade por duas ou três noites e voltava de ônibus para Florianópolis no fim desse período. Atualmente, trabalha em

duas escolas, uma no Centro de Florianópolis e outra em Biguaçu. Sua trajetória foi marcada por curtos períodos de contratação, muitas vezes como professora substituta.

De forma semelhante, é o caso de O., 45 anos, divorciado, com um filho e natural de Blumenau. Formou-se na Universidade do Vale do Itajaí, em Geografia, já tendo sua primeira experiência lecionando no município de Gaspar, como substituto. Naquela época, por volta de 2001, passou a trabalhar em três escolas, com turmas do Ensino Médio e do Ensino Fundamental. Durante um período trabalhou na Secretaria de Assuntos Estratégicos e Desenvolvimento da Cidade de Itajaí. Ao longo da entrevista listou uma série de escolas em que trabalhou: cerca de um ano numa escola na comunidade do Morro do Baú em Itajaí (por volta de 2006-2007); na E.E.B. Honório Miranda, no centro de Gaspar; no E.E.B. Frei Godofredo, no bairro Sete de Setembro em Gaspar; em uma escola em Indaial no ano de 2014 etc. Há dez anos mora em Florianópolis, tendo trabalhado em várias escolas da Região Metropolitana de Florianópolis, atualmente atua em uma escola estadual do bairro Jardim Marcos Antonio, no município de Biguaçu, e em uma escola municipal no bairro Ingleses, ao norte da ilha de Florianópolis.

Conforme o relato de muitos entrevistados, essa condição de "professor tampão" significa maior probabilidade em ficar com os "restolhos", isto é, os turnos menos desejados. No momento de organizar as turmas e os horários, as escolas dão prioridades aos professores efetivos por ordem de tempo "na casa", possibilitando que estes escolham, dentro da disponibilidade, as turmas e turnos em que ficarão. Nesse sentido, o ACT tende a ficar com os horários quebrados, por exemplo, ter uma única aula no meio da manhã. Mesmo no caso de C., 37 anos, que, apesar de hoje ser professora efetiva e possuir uma trajetória de menor circulação em relação aos demais entrevistados, já trabalhou também em escolas privadas, como ACT no estado e em cursos superiores de Ensino a Distância.

A intensa circulação na qual estão sujeitos os professores não é exclusiva do sistema de ensino público. J., 39 anos, também relatando suas primeiras experiências como professora, diz que a primeira escola em que trabalhou, permaneceu por volta de um ano e dois meses, sem carteira assinada, seguida de outra escola privada por um ano e quatro meses, em que foi formalmente contratada apenas posteriormente. Tratavam-se de escolas privadas em Belém do Pará, mas o relato contempla a situação da maior parte dos entrevistados, em que o tempo de

permanência nas escolas não costuma ultrapassar dois anos. J., 39 anos, ao tratar de sua mudança para assumir como efetiva em Santa Catarina, continua relatando sua experiência no sistema de ensino privado:

E a principal escola que eu trabalhava, ela dava bolsa pros alunos, né? Então, tenho três filhos. E era assim, uma escola top, né, de "nome" na cidade e eles tinham bolsa integral. E aí tudo isso eu pensando dessa forma, me deu um certo medo de vir. Em compensação, quando a gente trabalha na rede privada, a gente nunca sabe se aquele ano a gente vai ser demitido, né? O professor da rede privada, ele vive uma incerteza. Todo final de ano alguém vai ser cortado e a gente fica naquele medo: "Será que é a gente? Será que não é?" Então essa insegurança, quando eu passei no concurso que me chamaram no final de 2018, chamaram e eu peguei. Apesar de eu ganhar menos aqui na época, valia muito a pena por causa dessa estabilidade (J., 39 anos).

A condição de intensa rotatividade dos professores, formando um corpo docente irregular e inconsistente, implica em prejuízos para a educação básica no país, que se situam desde as condições de trabalho docente até o processo de ensino-aprendizagem. Esta condição coloca-se enquanto obstáculo para a implementação da proposta pedagógica da escola, para a criação de vínculos entre alunos e professores e diminui o acesso às políticas de formação continuada por parte dos docentes (Senado Federal, 2019). As avaliações do desenvolvimento e aprendizado discentes a longo prazo tornam-se quase impossíveis, tendo em vista a rotatividade de professores nas escolas. Conforme discutido no primeiro capítulo, a instabilidade e as contratações temporárias já não são exclusividade de um setor menos qualificado da força de trabalho (FÉLIX, 2019) e passam a se tornar realidade até mesmo no setor público.

3.3 A INTENSIFICAÇÃO DOS DESLOCAMENTOS

A condição de alta circulação e rotatividade à qual estão sujeitos os docentes pode implicar, por vezes, na intensificação nos deslocamentos, principalmente as movimentações diárias intermunicipais. Novamente, o regime de trabalho no qual se situa o professor ACT também contribui para o aumento de sua mobilidade espacial. O professor efetivo possui prioridade na organização dos horários de aula, trazendo uma desvantagem para o professor temporário na constituição de sua jornada de trabalho ao longo da semana. Para conseguir

completar suas horas semanais, o professor ACT terá de distribuí-la em várias escolas, de modo que torna-se mais sujeito a assumir aulas em escolas distantes e menos desejadas. A organização do trabalho por hora-aula, secciona a jornada semanal em diferentes unidades de ensino, conforme discutido anteriormente.

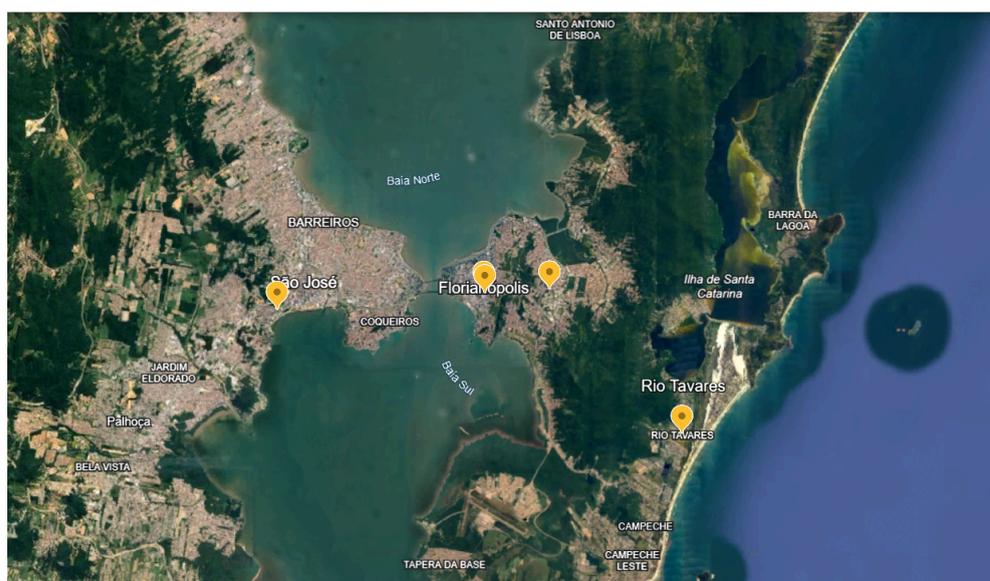
A condição de professor “tampão” implica em uma intensificação do deslocamento escola-escola e trabalho-moradia, gerando um aumento do tempo despendido diariamente com deslocamentos; aumento do estresse; dos custos de transporte - já que apenas os deslocamentos feitos entre cidades distintas são custeados pelo estado - etc. É o que relata N., 36 anos, ao dizer que a primeira escola em que trabalhou foi na Praia João Rosa, local mais afastado da Grande Florianópolis, como substituta. N. adiciona, tratando da sua experiência atual:

Por exemplo, agora na chamada tinha uma vaga que eu teria que ter...eu teria que estar na escola de manhã e à noite, né, e justamente, então, nem sempre é possível ter tempo hábil de ônibus, sair de uma escola, vir até a minha casa para ficar, sei lá, uma horinha, e depois já ter que pensar toda essa questão do... da integração, né, da logística do ônibus mesmo. E, enfim, isso eu peso bastante, nesse ano aí eu até me achei, entre aspas, sortuda, apesar de eu achar o ônibus muito difícil, né, eu acho que é muito difícil, né, é horrível, né, ter que trabalhar em quatro escolas, assim, é muito cansativo, como eu já disse, no sentido de não conseguir se inserir de fato, né, na prática pedagógica, assim, para além só da sala de aula. E, nesse ano, apesar de eu ter conseguido quatro escolas, apesar de ser ruim nesse sentido, eu me sentia sortuda justamente por ter conseguido coincidir os horários, encaixar tudo, né, porque eles nos dão as aulas muito picadas também. Então, nesse ano, eu era mais, assim, de sorte mesmo, porque tinha dia que eu começava a manhã no centro e depois eu ia à noite para São José, então eu já estava ali perto do terminal, né, o mais difícil era um dia que eu saía de Coqueiros e tinha que ir lá para Biguaçu para dar aula pelo CEJA [Centro de Educação de Jovens e Adultos]. Mas aí eu caminhava uma parte a pé, aquela parte ali de Coqueiros, não sei se você conhece, que tem a beira-mar de Coqueiros, né, caminhava ali, aí passava aquela parte da ponte, que passa em cima da ponte mesmo, que vai para o continente, né, e para pegar os ônibus que iam lá para o outro lado do continente, né, aqueles que vão no sentido Estreito. Eu também fazia uma parte à pé para não ter que me submeter à coisa idiota de pegar um ônibus em Coqueiros, atravessar a ponte, para ir no terminal, pegar outro ônibus e atravessar a ponte de novo, assim, sabe? (N., 36 anos).

A entrevistada atribuiu relativa sorte à sua situação, pois conseguiu encaixar seus horários entre quatro escolas diferentes, em diferentes partes da Grande Florianópolis. Na Figura 1, podemos visualizar como estão distribuídas as escolas em que N. trabalhava no momento da entrevista, sendo que sua residência ficava situada no bairro Rio Tavares, mais ao sul da ilha de Florianópolis. A entrevistada começou a dar aula após o mestrado, em 2018, e desde então é professora ACT de Sociologia - nenhum concurso para admissão de professores efetivos ocorreu no

estado de Santa Catarina até o momento da entrevista. Apesar de ser professora há 8 anos, sua trajetória profissional é irregular, como ela mesma relata, ao dizer que já esteve em mais de dez escolas diferentes.

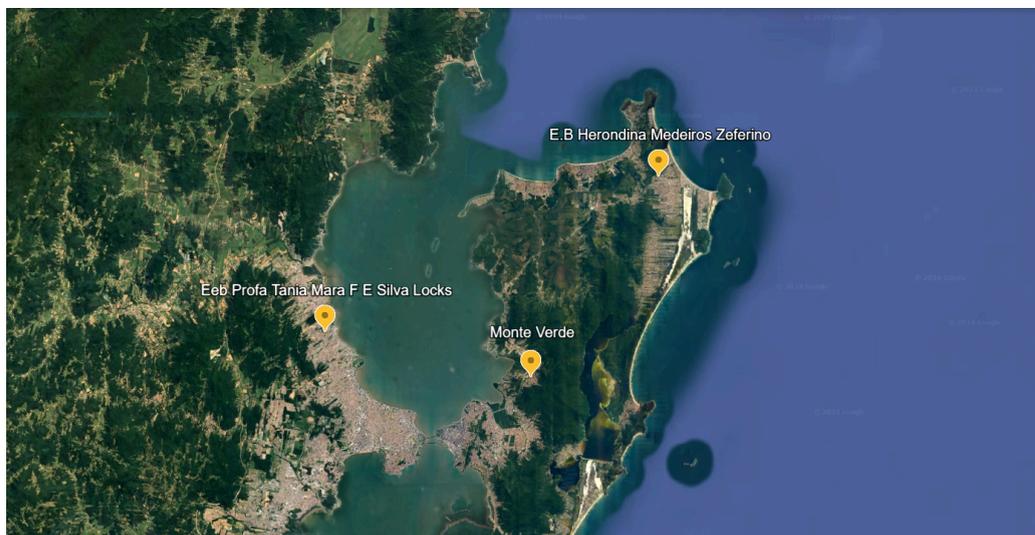
Figura 1 - Deslocamento da entrevistada (N., 36 anos)



Fonte: elaborado pela autora.

O caso de O., 45 anos, também representa essa condição. Como descrito anteriormente, sua trajetória enquanto docente foi constituída enquanto professor ACT em diferentes escolas por períodos de até dois anos. O. relata ter trabalhado em Gaspar, Itajaí, Timbó, Blumenau e Ilhota, nesse último, o transporte incluía o uso de uma balsa. Hoje, morando em Florianópolis, seu meio de transporte é uma motocicleta. No momento da entrevista, trabalhava como ACT em uma escola estadual no município de Biguaçu e em uma escola municipal ao norte da Ilha, morando no bairro Monte Verde, como demonstra a Figura 2.

Figura 2 - Deslocamento do entrevistado (O., 45 anos)



Fonte: elaborado pela autora.

A conciliação do trabalho entre diferentes instituições de ensino demandam organização e logística, na tentativa de “encaixar” os diferentes horários e o tempo de transporte. L., 35 anos, conta que quando dava aula em Tijucas para uma instituição privada de ensino, saía de ônibus da sua residência no bairro Coqueiros, no continente, até o Terminal no centro de Florianópolis, onde pegava outro ônibus de turismo até Tijucas. Saía de casa às 05h30 para chegar na escola por volta das 07h45. Para voltar, já que suas aulas nessa instituição eram apenas no turno da manhã, os horários eram escassos. Quando se efetivou, foi para uma escola no município de Governador Celso Ramos, enquanto dava aula no centro de Florianópolis para o CEJA, que apenas conseguia conciliar recebendo carona de seu amigo, que utilizava uma motocicleta. Sobre a experiência, ela relata que havia se tornado inviável, chegando a despender de 4 horas diárias de deslocamento.

O tempo de deslocamento da maioria dos professores entrevistados é, ou foi em algum momento de sua trajetória profissional, muito alto. Os relatos indicam de 1 a 4 horas diárias, marcadas não apenas pelo deslocamento, mas pela logística de integração de ônibus, organização dos horários, a necessidade de calcular se haveria tempo hábil para assumir as aulas em outras escolas etc.

Em uma fase - ainda mais - globalizada do desenvolvimento capitalista, o avanço nos meios de comunicação e transporte coloca em contato trabalhadores e empregadores dentro de uma amplitude geográfica ainda maior, amplificando os espaços de compra e venda da força de trabalho (FÉLIX, 2019). Nas entrevistas, mostrou-se comum o deslocamento para municípios fora da Região Metropolitana de Florianópolis. Além do caso anterior, que trabalhava em Tijucas, há também o caso de M., 34 anos, que trabalhou em uma escola privada no município de Balneário Camboriú no ano de 2018; e C., 49 anos, que trabalhou em uma instituição de ensino superior privada no município de Lages, em que precisava dormir por alguns dias no apartamento fornecido para os professores pela instituição e voltar para Florianópolis, no fim desse período, em um ônibus de turismo. Além disso, podemos acrescentar as migrações, como foram os casos de J., 39 anos, e A., 29 anos, vindas de Belém do Pará e do Mato Grosso, respectivamente.

Conforme ambos os trabalhos de Wilson Fusco *et al* (2023) e de Gleyce Assis da Silva Barbosa (2020), ao mesmo tempo em que as capitais atraem grande volume de docentes em deslocamento pendular diariamente, também é a capital que "exporta" maior volume de docentes para as demais regiões. No caso de Florianópolis, isso se deve, em muito, à presença da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), responsável pela formação massiva de licenciados todos os anos.

A condição de deslocamento diário e intensa mobilidade espacial tem se tornado a regra no cotidiano dos professores do ensino básico. Segundo Barbosa (2020), a relação entre mobilidade e precarização não é sempre a mesma. Diferentes estratos da classe trabalhadora estão sujeitos a diferentes formas de mobilidade, podendo estar associada a diferentes graus de precarização do trabalho. Segundo a autora, a aceleração e mobilidade nas cidades impõe um "tempo imposto", um tempo perdido em deslocamentos que tira momentos de descanso, lazer, estudos etc, determinado não apenas pela desigualdade de acesso aos serviços e estruturas do meio urbano, mas pelas imposições do trabalho.

Diante das condições de trabalho e de circulação na qual estão submetidos os professores do ensino básico no Brasil, notamos, como apontou Félix (2019), que a supercirculação da força de trabalho também se manifesta em sua mobilidade

espacial, que alcança as mudanças de estado e, especialmente, os deslocamentos diários a trabalho.

3.4 INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO, INCERTEZA E ADOECIMENTO

Apesar de não ser o objetivo central do trabalho, torna-se inevitável tratar de como a intensa circulação e mobilidade à qual estão sujeitos os docentes do ensino básico no Brasil criam um cenário favorável ao adoecimento e à frustração com a profissão. O deslocamento intenso foi colocado pela totalidade dos entrevistados como um fator de estresse no seu cotidiano. Além disso, os relatos enfatizam como o tempo utilizado para deslocamento poderia ser utilizado em outras atividades e como isso leva a uma intensificação do trabalho, dado que esse tempo é utilizado por alguns para trabalhar (corrigindo provas no ônibus, por exemplo).

O tempo para as demais atividades ganha outros contornos se pensarmos que a profissão é, predominantemente, feminina. Nesse caso, podemos notar entre algumas entrevistadas a preocupação com a dupla jornada, como J., 39 anos, que, ao vir de Belém do Pará, escolheu morar perto da mãe, pois teria suporte para o cuidado dos filhos, fator que demanda maior organização e limita sua mobilidade:

Sempre pensando na logística da nossa vida, eu como tenho três filhos, um filho pequeno de oito anos, então isso conta muito né. Quais os horários que eu posso pegar, os horários que eu passo fora de casa. Não é simplesmente ah, um tempo que eu vou relaxar ali, não, é um tempo que eu tô perdendo com eles. Então, quem tem filho pensa nessa logística porque a gente sabe que tem pessoas que dependem da gente né. A questão de almoço, de janta, de dever de casa. Então quanto mais novos eles são, mais a gente tem que estar pensando no local que a gente vai ter que escolher, para passar o menor tempo possível na rua (J., 39 anos)

A condição de professor temporário também se constitui enquanto determinante para o adoecimento e estresse dos professores. Por exemplo, a Lei 16.861 de 2015 determina que o contrato do professor temporário não excederá o período letivo. Assim, o professor temporário é colocado em uma condição de intensa circulação e curtos períodos de contratação, que não é uma exclusividade do setor público, situando o docente em um limbo entre o emprego e o desemprego.

Segundo Gil Felix (2019), as mudanças no padrão de acumulação de capital tornaram as linhas entre exército ativo e exército de reserva pouco delimitadas. Os contratos por tempo determinado, a informalização, a desregulamentação das relações de trabalho, implicam em um aumento do tempo de circulação, sendo um período em que o valor para a reprodução da força de trabalho não é pago. O docente nessa condição experimenta uma situação de instabilidade e incerteza diante do tempo sem cobertura. Assim, o trabalhador se submete à intensificação do trabalho e ao prolongamento da jornada, de forma a compensar o período em circulação. Nesse sentido, "[...] a forma salário também mascara a reprodução não paga" (FÉLIX, 2019, p. 240).

Nesse cenário, são comuns os casos de adoecimento. O., 45 anos, conta que passou cerca de um ano afastado da sala de aula, com síndrome do pânico e depressão, ao ponto de não conseguir escutar barulhos referentes à escola. L., 35 anos, conta que durante a pandemia estava à beira de um esgotamento mental. Sua jornada de trabalho e deslocamento somava-se ao trabalho de correção e preparação de aulas nos fins de semana e às demandas da vida pessoal. L. diz que naquele ano solicitou diversos atestados para afastamento, pois já não conseguia comer e dormir de forma adequada, fragilizando sua saúde.

Os acidentes de trabalho docentes são estatisticamente escassos, seja pelo não reconhecimento enquanto tal, seja pela burocracia ao realizar denúncias. Segundo Martínez (2003), até a década de 1970, a investigação psicossocial do trabalho e da saúde do trabalho estava centrada no operário industrial, o "trabalhador da época". A partir da segunda metade do século 20, primeiro na Europa e apenas mais tarde na América Latina, são encontrados os primeiros registros do adoecimento no setor docente. O mercado de trabalho globalizado destina o professor à tarefa de controle dos conflitos sociais crescentes, elevando o estresse laboral. No entanto, conforme coloca a autora, a posição de análise e indagação sobre o padecimento dos docentes no trabalho variam. Os governos pedem estudos sobre o "absenteísmo", diante da preocupação com o controle das faltas no trabalho, sem que essa seja acompanhada pela assistência em serviços de saúde.

Conforme Assunção (2003), diferente da máquina, o ser humano é um organismo vivo que varia no tempo, se ajusta às atividades e situações diferentes, dentro de limites. No entanto, toda atividade possui um custo psicofisiológico. Em

suma, a mobilidade do trabalho possui um custo, que recai primeiramente para o trabalhador. A intensa circulação e deslocamento impõe um conjunto de condições na qual se situam os docentes do ensino básico no Brasil: as constantes flutuações entre o emprego e o desemprego, os períodos em circulação sem “cobertura”, o estresse no trabalho e nos deslocamentos etc. Somadas às condições de trabalho e de assalariamento precárias, cria-se um cenário propício para o adoecimento e frustração com o trabalho.

4. CONCLUSÃO

A partir das reformas educacionais que se iniciaram na década de 1990, o trabalho docente já não pode ser compreendido apenas no âmbito de sala de aula. Diante de sua reestruturação, o docente passa a adquirir maior polivalência, assumindo tarefas de gestão escolar. Ainda, as relações de trabalho que permeiam sua prática, se inscrevem em tempos e espaços complexos e mais amplos do que o ambiente da sala de aula (OLIVEIRA, 2003). Nesse sentido, torna-se necessário pensar em quais condições opera o professor do ensino básico. As condições de trabalho docente incluem a qualidade e as circunstâncias nas quais opera, como os meios de trabalho disponíveis, a intensidade do trabalho; assim como as relações contratuais, salariais, a jornada de trabalho etc.

O trabalho docente se inscreve em um contexto de transformações no desenvolvimento capitalista, que afetam suas condições de trabalho e as próprias demandas que a escola passa a responder. Assim, seu trabalho se localiza em um conjunto de mudanças no uso e circulação da força de trabalho, que apontam para a intensificação de sua natureza móvel, em regimes de trabalho ainda mais flexibilizados. Nesse sentido, experimenta-se um aumento na circulação do trabalho, mesmo nos setores que tipicamente possuíam maior estabilidade, como aqueles com maior qualificação e o setor público (FÉLIX, 2019).

Nesse sentido, foi possível observar que a rotatividade e inconsistência do corpo docente do ensino básico no Brasil reflete uma condição de intensa circulação e adaptabilidade do seu trabalho de acordo com as demandas do sistema de ensino, que, por vezes, implicava na intensificação do seu deslocamento. Os professores

entrevistados relataram trajetórias profissionais marcadas pela presença em um alto número de escolas durante curtos períodos de tempo, tanto no setor público, quanto nas escolas privadas. A figura do ACT enquanto professor “tampão”, evidenciou a condição de precarização que o professor do ensino básico enfrenta, marcada pela instabilidade, pela ameaça do eventual período sem salário e sua presença em um limbo entre emprego e desemprego.

A qualidade do ensino está diretamente ligada com as condições na qual operam os professores. A preocupação com a qualidade da educação no Brasil e, mais recentemente, com o chamado “apagão” de licenciados, têm de passar pela análise das condições de trabalho dos professores, caso contrário, qualquer tentativa de reformar o ensino básico brasileiro será míope às condições concretas de sua própria implementação.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências: informalidade, infoproletariado, (i)materialidade e valor. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013. Cap. 1. p. 13-27.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2000. 258 p.

ASSUNÇÃO, Ada Ávila. Saúde e condições de trabalho nas escolas públicas. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Reformas Educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. Cap. 5. p. 87-102.

ASSUNÇÃO, A. Á.; OLIVEIRA, D. A.. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. **Educação & Sociedade**, v. 30, n. 107, p. 349–372, maio 2009.

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade; PRONI, Marcelo Weishaupt. Flexibilidade do trabalho, emprego e estrutura salarial no Brasil. **Cadernos do CESIT**, Campinas, n. 15, 1995.

BARBOSA, Gleyce Assis da Silva. **A mobilidade espacial docente**: uma análise da precarização do trabalho. 2020. 196 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/51275/51275.PDF>. Acesso em: 11 fev. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Básica 2023 estatísticas censo escolar. Brasília, DF: Inep, 2023a. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiN2ViNDBjNDEtMTM0OC00ZmFhLWlyZWYtZj11YjU0NzQzMTJhliwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9>. Acesso em 06 maio 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Indicadores Educacionais. Brasília, DF: Inep, 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais>

BRASIL. Lei nº 13005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 06 maio 2024.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. 379 p.

COSTA, Gisele Cardoso e SOUZA, Marilene Proença Rebello de. Educação escolar e capitalismo dependente: questões estruturais da educação latinoamericana. 2018, **Anais**. São Paulo: Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, 2018. Disponível em: http://newpsi.bvs-psi.org.br/eventos/Ahila2018_completo.pdf. Acesso em: 06 maio 2024.

COSTA, Matheus Felisberto; MUELLER, Rafael. Flexibilização e precarização do trabalho docente: uma análise das condições de trabalho dos professores admitidos em caráter temporário no magistério público de Santa Catarina. **Política e Trabalho: revista de ciências sociais**, [S.L.], n. 53, p. 181-197, 23 mar. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/52321>. Acesso em: 24 jul. 2024.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1996. 352 p.

DIEESE. **Movimentação no mercado de trabalho**: rotatividade, intermediação e proteção ao emprego. São Paulo: Dieese, 2017. 104 p. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/livro/2017/rotatividade.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2024.

FELIX, Gil. **Mobilidade e superexploração do trabalho**: o enigma da circulação. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019. 352 p.

FLORIANÓPOLIS (Município). *Decreto nº 3621, de 22 de agosto de 2005*. Estabelece normas e procedimentos para a contratação de professores admitidos em caráter temporário no Magistério Público Municipal de Florianópolis. Florianópolis, SC.

FLORIANÓPOLIS (Município). *Decreto nº 9882, de 10 de abril de 2012*. Estabelece normas e procedimentos para a contratação de professor e professor auxiliar em caráter temporário no Magistério Público Municipal de Florianópolis. Florianópolis, SC. FLORIANÓPOLIS (Município). *Lei nº 2517, de 19 de dezembro de 1986*. Dá nova redação à Lei nº 1811 de 14.09.81 Estatuto do Magistério Público Municipal de Florianópolis. Florianópolis, SC.

FLORIANÓPOLIS (Município). *Lei Complementar nº 63, de 23 de setembro de 2003*. Dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do município de Florianópolis. Florianópolis, SC.

FLORIANÓPOLIS (Município). *Lei nº 2915, de 13 de setembro de 1988*. Institui o plano de vencimentos e de carreira do magistério público e dá outras providências. Florianópolis, SC.

FUSCO, Wilson *et al.* Docentes do ensino médio no Nordeste: migração e mobilidade pendular entre 2013 e 2017. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, [S.L.], v. 15, n. 9, p. 1-19, set. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/fK5NnwzzxKGRYNdcdxtfHzQ/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

GAUDEMAR, Jean-Paul. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977. 405 p.

GENTILI, Pablo. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: LOMBARDI, José Claudinei *et al* (org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. Cap. 3. p. 45-59.

GOMES, Fábio Guedes. Mobilidade do trabalho e controle social: trabalho e organizações na era neoliberal. **Revista de Sociologia e Política**, [S.L.], v. 17, n.

32, p. 33-49, fev. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/D3SxYBSqygKSPPTZtsC97wg/?lang=pt#>. Acesso em: 06 set. 2023.

GORZ, André. **O imaterial**: conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005. 107 p. Tradução de Celso Azzan Júnior.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. **Trabalho docente, classe social e relações de gênero**. 2. ed. São Leopoldo: Editora Oikos, 2020. 162 p.

KREIN, José Dari. Reforma do sistema de relações de trabalho no Brasil. In: PRADO, Antonio. (Coord.). **Emprego e desenvolvimento tecnológico**: artigos dos pesquisadores. São Paulo: DIEESE, 1999. p. 255-294.

KREIN, José Dari; TEIXEIRA, Marilane Oliveira. O avanço das formas de contratação flexíveis. In: KREIN, José Dari *et al* (org.). **O trabalho pós-reforma trabalhista (2017)**. São Paulo: Cesit - Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, 2021. Cap. 4. p. 150-186.

LEÃO, Geraldo. O que os jovens podem esperar da reforma do ensino médio brasileiro? **Educação em Revista**, [S.L.], v. 34, p. 1-23, 5 mar. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/5ZBJkFDW3d6pL9KVFcFCQHx/>. Acesso em: 18 nov. 2022.

LIMA, Rubens Soares de. A atualidade do passado: notas sobre o conceito de 'trabalho comandado' em Adam Smith. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 197-204, 1986. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/1015/1327>. Acesso em: 03 maio 2024.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000a.

MARINI, Ruy Mauro. Proceso y tendencias de la globalización capitalista. In: MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária (org.). **La teoría social latinoamericana IV**: cuestiones contemporáneas. 2. ed. Tlalpan: El Caballito S.A., 2000b. p. 49-68.

MARTÍNEZ, Deolidia. Estudos do trabalho docente. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Reformas Educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. Cap. 4. p. 75-85.

MARX, Karl. Emigração forçada. **New York Daily Tribune**. Nova York, n.p. 22 mar. 1853. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/documento2021_03_19_16_56_42.pdf. Acesso em: 07 ago. 2023.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017. 894 p. Tradução de Rubens Enderle.

NORONHA, M. M. B.; ASSUNÇÃO, A. Á.; OLIVEIRA, D. A.. O sofrimento no trabalho docente: o caso das professoras da rede pública de Montes Claros, Minas Gerais. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 6, n. 1, p. 65-86, mar. 2008.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, [S.L.], v. 25, n. 89, p. 1127-1144, dez. 2004. <https://www.scielo.br/j/es/a/NM7Gfq9ZpjpVcJnsSFdrM3F/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 06 nov. 2022.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. As reformas educacionais e suas repercussões sobre o trabalho docente. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Reformas Educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. Cap. 1. p. 13-37.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Lívia Fraga. Condições de trabalho docente: uma análise a partir de dados de sete estados brasileiros. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade *et al* (org.). **Trabalho na Educação Básica: a condição docente em sete estados brasileiros**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. Cap. 6. p. 153-190.

RAGIN, Charles C.. **The Comparative Method: moving beyond qualitative and quantitative strategies**. California: University Of California Press, 1987. 218 p.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 286 p.

SANTA CATARINA. Lei nº 16.861, de 28 de dezembro de 2015. Disciplina a admissão de pessoal por prazo determinado no âmbito do Magistério Público Estadual, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, sob regime administrativo especial, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição da República. Florianópolis, SC. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2015/16861_2015_Lei.html. Acesso em: 06 maio 2024.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2012. 285 p.

Senado Federal. Consultoria Legislativa. Contratação temporária de professores nas redes públicas de educação básica e o cumprimento da estratégia 18.1 do Plano Nacional de Educação/ Apresentação de Ana Valeska Amaral Gomes. Brasília: Câmara dos Deputados, Consultoria Legislativa, 2019. Disponível em: <http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/38341>. Acesso em 28 jun. 2024.

SILVA, A. M. DA. A uberização do trabalho docente no Brasil: uma tendência da precarização no século XXI. **Revista Trabalho Necessário**, v. 17, n. 34, p. 229-251, 27 set. 2019.

SILVA, A. Da Uberização à Youtuberização: a precarização do trabalho docente em tempos de pandemia. **Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 5, n. 9, p. 587-610, 11 dez. 2020.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações I: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1996. 479 p.

SOUZA, Artur Gomes de. **Professor temporário: situações da docência em educação física na rede municipal de ensino de Florianópolis (2011-2017)**. 2018. 200

f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Cap. 4.

PERPETUA, Guilherme Marini. Mobilidade espacial do capital e da força de trabalho: elementos para uma teorização geográfica a partir da matriz marxista. **Pegada - A Revista da Geografia do Trabalho**: Revista Pegada Eletrônica, [S.l.], v. 14, n. 1, p. 58-80, 15 jul. 2013. Disponível em: <https://doaj.org/article/ff1f15bcb5f34ebf81115dea73294cb9>. Acesso em: 31 maio 2022.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (Genebra). **O emprego atípico no mundo**: desafios e perspectivas. Genebra: OIT, 2016. 38 p. Disponível em: https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/@publ/documents/publication/wcms_626383.pdf. Acesso em: 18 jun. 2024.

VALENCIA, Adrián Sotelo; FELIX, Gil. A superexploração do trabalho: uma perspectiva da precariedade e da condição proletária a partir da teoria da dependência. In: FELIX, Gil (org.). **Dependência, Estado e superexploração do trabalho no século XXI**. Bremen: El Triple, 2021. p. 35-59.